

OITICICA, José

*filólogo, professor e escritor; mov. anarquista.

José Rodrigues Leite e Oiticica nasceu em Oliveira (MG) no dia 22 de julho de 1882, filho de Francisco de Paula Leite e Oiticica e de Ana A. Leite e Oiticica. Seu pai, advogado, foi deputado federal (1891-1893) e senador (1894-1900) representando seu estado de origem, Alagoas.

Após ter-se formado bacharel em direito e cursado, sem concluir, a Faculdade de Medicina, José Oiticica, então estudioso da língua portuguesa, fundou uma escola no Rio de Janeiro, que foi fechada por dificuldades financeiras, e dirigiu outra em Laguna (SC). Em 1905 casou-se com Francisca de Bulhões, sua prima, com quem teria oito filhos. Em 1911 publicou o livro *Sonetos*. No ano seguinte, iniciou sua militância política participando destacadamente da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, escrevendo artigos no semanário da entidade, *A Lanterna*, e fazendo conferências nas quais condenava o uso do álcool e do tabaco e defendia a causa do “vegetarianismo”.

NO MOVIMENTO ANARQUISTA

Ainda em 1912 José Oiticica aderiu ao anarquismo, atuando junto à Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), que estava praticamente inativa desde 1910 e foi revigorada a partir de uma reunião de líderes sindicais em maio daquele ano. À época, a FORJ impulsionava atividades que visavam à reconstituição da Central Operária Brasileira (COB) – criada em 1908, a COB, à semelhança da FORJ, diminuíra significativamente sua atuação a partir de 1910, devido a um pequeno refluxo vivido pelo movimento operário, decorrente da intensificação da repressão do governo aos sindicatos e da imposição de uma legislação mais rígida contra os militantes estrangeiros.

Em palestras quase que diárias em sindicatos dos trabalhadores, Oiticica proferia longas exposições sobre o ideário anarquista com o fito de educar politicamente o operariado. No Centro de Estudos Sociais, fundado no Rio de Janeiro em 1914, participou de muitos

debates com militantes como Fábio Luz, José Elias da Silva e Pedro do Couto. Também em 1914 passou a lecionar na Escola Dramática do Rio de Janeiro. Nesse período, escreveu vários artigos para jornais proletários como *A Vida e Na Barricada*; este último periódico, lançado em 1915 por Correia Lopes e João Gonçalves da Silva, atraiu grande número de simpatizantes da causa operária como Silva Marques, o líder trabalhista Sarandi Raposo e o deputado federal Maurício de Lacerda. Polemizando com a doutrina socialista por intermédio de “cartas abertas” a Silva Marques, Oiticica classificou os adeptos do socialismo em dois grandes partidos: os “de Estado” e os “coletivistas”. Para ele, ambos admitiam a autoridade estatal e a propriedade privada e, portanto, divergiam radicalmente dos fundamentos do anarquismo.

A participação de Oiticica nas campanhas da FORJ e do movimento anarquista de um modo geral lhe trouxe dificuldades para conseguir emprego. Depois de trabalhar em uma tese sobre a língua portuguesa para um concurso no Colégio Pedro II, apresentou à congregação da escola, em 1916, seus *Estudos de fonologia*, obra que, segundo Evanildo Bechara, abriu no Brasil novos caminhos no “domínio da descrição linguística”. Finalmente, em 1917, o ministro da Justiça, Interior e Instrução, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, nomeou Oiticica professor de português do Colégio Pedro II.

Nos primeiros anos da segunda metade da década de 1910, o movimento operário brasileiro, com destaque para os anarquistas, organizou várias atividades contra a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o “militarismo”. Em março de 1915 a FORJ criou uma Comissão Popular de Agitação Contra a Guerra e, em São Paulo, diretores de publicações operárias e líderes dos trabalhadores organizaram a Comissão Internacional Contra a Guerra. Nas comemorações do 1º de Maio, ambas as entidades participariam ativamente das manifestações de massa contra o conflito mundial. Em outubro realizou-se no Rio de Janeiro um Congresso Internacional da Paz. Animado centralmente por anarquistas, o evento condenou o “nacionalismo” e o “militarismo”, e afirmou ser o regime capitalista o “principal causador das guerras”.

Desde o início do conflito mundial, aumentaram significativamente os preços dos produtos

básicos no país, em especial os dos gêneros alimentícios. O ano de 1917 seria marcado por uma forte ascensão do movimento operário brasileiro e, por conseguinte, de seu setor então mais influente, os anarquistas. Em um contexto de elevação vertiginosa do custo de vida, tiveram lugar inúmeros movimentos paredistas por parte de diversas categorias de trabalhadores em São Paulo. No Rio de Janeiro, a 18 de julho (praticamente um dia após o restabelecimento da ordem em São Paulo), eclodiu um enorme movimento grevista que abrangeu diversos ramos do mundo do trabalho, tais como marceneiros, alfaiates, padeiros, operários têxteis e sapateiros. Liderada pela FORJ, a greve chegou ao fim nos últimos dias de julho, quando, após repressão da polícia às entidades classistas como o Centro Cosmopolita e a própria FORJ, representantes industriais concederam aos trabalhadores têxteis a semana máxima de 56 horas de trabalho e um aumento de 10% nos vencimentos. Contudo, a resposta da parte do Estado e dos proprietários não tardou a aparecer. Em setembro, o governo paulista tomou medidas para deportar 20 líderes operários nascidos no exterior, além de prender o líder anarquista Edgard Leuenroth, considerado pelas autoridades “o autor psicológico-intelectual da greve geral de julho de 1917”. No Rio de Janeiro, o chefe de polícia Aureliano Leal ordenou o fechamento da FORJ, entidade onde, segundo declarou, se explorava “a boa-fé dos trabalhadores incautos”. Em “carta aberta” a Leal, Oiticica animadoramente afirmou que, enquanto algumas entidades de trabalhadores como a FORJ eram eliminadas, outras mais fortes surgiam em seu lugar. Segundo Oiticica, a FORJ teria sido apenas uma organização fraca e titubeante, contando com cerca de cinco mil associados; já a União Geral dos Trabalhadores, sua sucessora, reuniria aproximadamente 30 mil inscritos. Assim, para Oiticica, o “ato arbitrário” de Leal teria constituído “um laço forte para a união dos trabalhadores”.

As autoridades também reprimiram duramente as investidas do movimento operário contra a Primeira Guerra Mundial, na qual o Brasil entrou oficialmente em 26 de outubro de 1917, quando declarou guerra à Alemanha. Diversas publicações operárias contrárias à guerra e à participação do Brasil foram sumariamente fechadas. Os líderes anarquistas Antônio Bernardo Canellas e Otávio Brandão, por exemplo, tiveram que se refugiar no interior de

Alagoas após a proibição do recém-fundado semanário *A Semana Social*, que chegou a ter sua redação, em Maceió, apedrejada por setores populares encantados com o “nacionalismo” de guerra.

Em fins de 1917, de modo escasso, e ao longo de 1918, em maior quantidade, chegaram ao Brasil notícias sobre a Revolução Russa. Difamada e vista como um fenômeno inevitavelmente efêmero pela imprensa brasileira, a revolução bolchevique foi saudada pelos anarquistas e tomada como um movimento de massas e de cunho emancipatório. Astrojildo Pereira, então destacado líder anarquista e futuro fundador do bolchevismo brasileiro, foi um dos que saudaram Vladimir Lênin e León Trotsky, líderes da revolução, afirmando, em cartas à imprensa (a maioria delas, evidentemente, não publicada) que o processo político dirigido pelos líderes soviéticos era “uma revolução de tipo libertário, abrindo caminho para o anarquismo”.

Em 1918, continuaram a subir os preços dos gêneros alimentícios, elevando drasticamente o custo de vida. Em agosto, os marítimos da Companhia Cantareira e Viação Fluminense, que operava os bondes urbanos e as barcas que faziam a travessia Rio-Niterói, iniciaram um movimento paredista. Em Niterói, estouraram várias greves operárias de solidariedade aos marítimos, e contingentes populares saíram às ruas exigindo o fechamento de estabelecimentos comerciais. A cavalaria da polícia respondeu a golpes de sabre. Soldados do 58º Batalhão de Caçadores do Exército, então comandado pelo coronel Francisco Raul Estillac Leal, aderiram aos revoltosos e receberam o carro que transportava o comandante da Polícia Militar com saraivadas de pedras, o que levou as autoridades locais a acusar os anarquistas, vistos como “elementos estranhos à Niterói”, de serem os responsáveis pela atitude dos soldados do Exército perante a polícia.

Em novembro de 1918, em meio à grave epidemia de gripe espanhola que assolava o país, lideranças anarquistas organizaram uma conspiração com vistas à deposição do governo federal – que seria chefiado até o dia 15 por Venceslau Brás e depois, interinamente, pelo vice-presidente eleito Delfim Moreira, já que o presidente eleito Francisco de Paula Rodrigues Alves contraíra a gripe. José Oiticica assumiu a função de líder do “conselho”

que dirigiria o movimento insurrecional, sendo auxiliado por Agripino Nazaré, advogado baiano, e Astrojildo Pereira, que havia perdido seu emprego no Ministério da Agricultura por conta de suas cartas sobre a Revolução Russa. O anarquista espanhol Manuel Campos (ex-diretor do periódico *Na Barricada*), o professor Álvaro Palmeira, o operário gráfico Carlos Dias, os líderes têxteis Manuel Castro e Joaquim Morais, o jornalista José Romero e os líderes operários José Elias da Silva e João da Costa Pimenta foram alguns dos militantes que estiveram envolvidos ativamente no planejamento da insurreição. Ricardo Correia Perpétuo, também membro do “conselho” e responsável pela distribuição dos boletins de agitação entre soldados aquartelados na Vila Militar, convidou o tenente do Exército José Elias Ajus para participar da conspiração. Defendendo a instauração no país de um governo nos moldes russos (“inteiramente popular”), Ajus foi acolhido pelos demais conspiradores e designado, juntamente com Oiticica, chefe do movimento. Entretanto, Ajus era, na verdade, um espião.

Na noite de 14 novembro ocorreu uma reunião na residência de Oiticica na qual, ao que consta, tudo foi falado em voz baixa a pedido do próprio anfitrião, que temia que sua esposa pudesse denunciar a insurreição. Foi anunciado que todos os operários têxteis estavam preparados para o levante. Aos operários que partissem do bairro de Botafogo foi atribuída a tarefa de tomar o palácio presidencial, onde seria hasteada uma bandeira vermelha. Em São Cristóvão, os trabalhadores deveriam se apossar dos depósitos de armas e munições da Intendência da Guerra. A fábrica de cartuchos de Realengo seria o alvo dos tecelões, e os militantes localizados na Saúde ficaram incumbidos de atacar o quartel de polícia do bairro. O tenente Ajus ficou encarregado dos preparativos no Exército. Na reunião, Oiticica assinalou ainda que a deflagração da insurreição deveria coincidir com as sessões da Câmara dos Deputados e do Senado, de modo que todos os membros das duas casas fossem presos. No dia seguinte, 15 de novembro, teve lugar outra reunião, com mais participantes (cerca de 40), dessa vez em uma sala de aula do professor Oiticica. Logo após a abertura da sessão por João da Costa Pimenta, Ajus apresentou a proposta de que a insurreição tivesse início com uma concentração geral no Campo de São Cristóvão e só

depois fossem atacados a Intendência da Guerra e o quartel da polícia. A proposta do *agent provocateur* obteve o apoio de Oiticica, que ordenou que, após ser declarada a greve (prevista para as 15h 30m do dia 18 daquele mês), os insurretos, estimados em 15 mil, deveriam se dirigir ao Campo de São Cristóvão.

No dia 17 de novembro, à noite, foi realizada nova reunião na casa de Oiticica, da qual participaram apenas os cerca de dez membros do “conselho” insurrecional. Nessa ocasião, Ajus, alegando que não poderia participar do levante no dia 18 por estar de serviço no quartel, pediu que o movimento tivesse início no dia 20. Agripino Nazaré se opôs à proposta do tenente, alegando que os tecelões já se encontravam mobilizados e não poderiam mais ser demovidos da idéia de iniciar a greve no dia 18. Negado o adiamento proposto pelo espião, Oiticica afirmou aos companheiros que existiam quatro mil operários “dispostos a tudo” e que 1.600 bombas já haviam sido distribuídas. A seu ver seria fácil tomar o depósito de armas e munições do Campo de São Cristóvão. Oiticica explicou ainda como os metalúrgicos cortariam as linhas telefônicas e explodiriam, fazendo uso de dinamite, uma das torres de iluminação da Light, o que deixaria a cidade às escuras. O professor anarquista acrescentou que 40 tambores de gasolina e petróleo seriam utilizados com a finalidade de incendiar o edifício da Prefeitura, o quartel-general do Exército e o quartel central da polícia.

No início da tarde do dia 18, uma última reunião ocorreu entre Oiticica e alguns membros do “conselho” em um prédio da rua da Alfândega, no centro da cidade, a fim de que fossem revistos os últimos detalhes do levante. Todavia, a polícia, já informada do que se passava na organização do movimento, interrompeu a reunião e prendeu Oiticica, Manuel Campos, Ricardo Perpétuo, Astrojildo Pereira, Augusto Leite e Carlos Dias. Outros conspiradores como Manuel Castro e João da Costa Pimenta conseguiram escapar da perseguição policial desencadeada contra o movimento e se esconderam. Assim, apesar da greve massiça iniciada na tarde daquele dia pelos tecelões e da adesão dos metalúrgicos e operários da construção civil, apenas algumas centenas de insurretos compareceram ao Campo de São Cristóvão. Após troca de tiros e algumas explosões de bombas, a polícia e o Exército

lograram expulsar do local os manifestantes.

Uma dura repressão se seguiu ao levante frustrado. O chefe de polícia Aureliano Leal baixou uma ordem que proibia reuniões operárias. No dia 22 de novembro, o presidente em exercício, Delfim Moreira, assinou um decreto que dissolvia alguns sindicatos e entidades operárias, como a União Geral dos Trabalhadores. Informações do período dão conta de que, ainda em novembro, aproximadamente 80 anarquistas foram presos. Os estudantes do Colégio Pedro II, no qual lecionava Oiticica, pediram sua libertação. Não obstante ter sido solto no dia 10 de dezembro, o professor acabou sendo “deportado” para o estado de Alagoas. Encarcerado no Rio de Janeiro, Astrojildo Pereira escreveu uma carta a Oiticica em janeiro de 1919, na qual constavam os seguintes dizeres efusivos: “Nossa disposição não esmorece. Em todos nós palpita o mesmo entusiasmo, e nossas convicções se enraízam ainda mais fundo. O mundo é nosso – e todos os sabres, todas as grades do Sr. Aureliano resultam, afinal, num estimulante poderoso e incontestável”.

Em Alagoas, na propriedade de seu pai, José Oiticica recebeu a visita do militante anarquista Otávio Brandão, que poucos anos mais tarde aderiria ao bolchevismo tornando-se um de seus mais destacados intelectuais e porta-vozes. Brandão, estudioso de mineralogia e paleontologia, havia pesquisado sobre as riquezas naturais do país (com destaque para o petróleo) e escrito sobre a temática um manuscrito intitulado *Canais e lagoas*. Atendendo ao pedido de Brandão, Oiticica escreveu uma introdução para esse texto e ambos trabalharam juntos durante um tempo. Nesse curto período, dedicaram-se principalmente à defesa das idéias anarquistas junto aos pescadores da região. Em março de 1919, a polícia local anunciou a descoberta de um “complô maximalista” em Maceió, e Oiticica se viu forçado a retornar ao Distrito Federal. Brandão, depois de um tempo detido e ameaçado de morte pelas autoridades, faria o mesmo pouco tempo depois.

Nesse mesmo momento, inspirados pelas notícias que chegavam sobre as revoluções na Hungria e na Baviera, além das informações oriundas da própria Rússia, muitos anarquistas deram início à tarefa de construir um partido comunista no Brasil, imaginado como uma “organização comunista libertária” que deveria ter suas portas abertas para “anarquistas,

socialistas e todos os que aceitarem o comunismo social”. Assim, em 9 de março de 1919, anarquistas fluminenses fundaram o Partido Comunista do Rio de Janeiro. Rapidamente, a nova organização se prontificou a organizar na cidade um comício reivindicatório para o 1º de Maio, que acabou por ter como oradores destacados José Elias da Silva e Minervino de Oliveira – que em 1928 seria eleito, assim como Brandão, intendente [vereador] do Distrito Federal na legenda do Bloco Operário e Camponês (BOC), animada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB).

Em abril de 1919, o secretariado do “libertário” Partido Comunista do Rio de Janeiro fez um chamado a vários grupos comunistas de outras cidades para que enviassem representantes a uma conferência a ser realizada na capital. Delegados vindos de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo somaram-se aos militantes fluminenses e construíram, entre os dias 21 e 23 de junho daquele ano, a “Primeira Conferência Comunista do Brasil”, definida por Edgard Leuenroth como “uma assembleia de todo o movimento anarquista do Brasil”. Conquanto o conhecido periódico anarquista *A Plebe* tenha afirmado a inexistência de qualquer “indefectível presidência” no encontro, um repórter do *Correio da Manhã* afirmou ser Oiticica o “presidente” do “congresso”. Cópias do programa do partido a ser fundado e de um pequeno livro escrito por Hélio Negro (Antônio Candeias Duarte) e Leuenroth foram distribuídas aos participantes da conferência. Dividido e subdividido em vários itens, o programa partidário (que defendia, entre outros pontos, a abolição da propriedade privada, do Estado e de toda autoridade religiosa) trazia uma nota que informava ser aquele material apenas o “ABC introdutório” de um livro ainda inédito de Oiticica intitulado *Catecismo anarquista*.

Na abertura da sessão congressual, Oiticica defendeu entusiasticamente o “amor livre” e atacou o sufrágio universal. Em meio a aplausos gerais, afirmou que seu intento era elevar o nível moral e cultural das massas proletárias: “Não aspiro à democratização dos aristocratas. Aspiro, sim, à aristocratização dos democratas. O meu desejo é dar a estes a inteligência, a cultura, o amor da beleza eterna e da arte imperecível”. A discussão em torno do projeto partidário proposto por Oiticica se estendeu até altas horas da noite e, ao final,

ficou decidido que uma comissão especial deveria, a partir das deliberações das sessões congressuais, redigir a declaração de princípios do partido, a qual seria encaminhada para os diversos núcleos a fim de que estes a ratificassem. Em uma entrevista concedida ao jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, Oiticica disse que o congresso havia tido como meta definir o que eram e o que queriam verdadeiramente os anarquistas, já que as idéias anarquistas eram “grosseiramente deturpadas, quer nos púlpitos, quer nos telegramas anglo-americanos”.

Em 2 de agosto de 1919, teve lugar a primeira aparição do jornal *Spartacus*, porta-voz do núcleo carioca do Partido Comunista. Coube a Oiticica a chefia do grupo editorial do periódico, enquanto a Astrojildo Pereira ficou reservada a tarefa de administrador e chefe de redação. Diferentemente do conhecido jornal anarquista *A Plebe*, diário, *Spartacus* jamais deixou de ser um semanário, e teria seu 24º e último número lançado em 10 de janeiro de 1920, quando foi substituído pelo diário *Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro*.

A essa altura, Oiticica já era visto pela imprensa e as autoridades como o principal “chefe” do movimento “maximalista” do Rio de Janeiro. Quando, em outubro de 1919, a repressão ao movimento operário (liderada pelo terceiro delegado de polícia Nascimento Silva) sofreu uma significativa intensificação, Oiticica condenou veementemente a deportação de alguns anarquistas presos por armazenarem bombas de dinamite e um retrato de Lênin. Na mesma onda repressiva do fim daquele ano, foi deportado também Everardo Dias, um dos principais expoentes do movimento anarquista de São Paulo. Ainda em 1919, José Oiticica publicou o livro *Princípios e fins do programa comunista-anarquista* e a segunda série de *Sonetos*.

Em março de 1920, uma greve deflagrada pelos operários da Leopoldina Railway ganhou a adesão de várias outras categorias, como metalúrgicos, operários da construção civil e padeiros. O governo de Epitácio Pessoa (1918-1922) declarou à população que a greve havia sido provocada “pela sugestão de estrangeiros, a maioria dos quais expulsa de seus países pela má conduta”. A polícia, cumprindo ordens para reprimir todas as organizações

operárias, prendeu Oiticica e outros líderes anarquistas como Fábio Luz e Otávio Brandão. Salvo algumas exceções, como Florentino de Carvalho, os anarquistas brasileiros continuavam a defender a Revolução Russa de outubro de 1917 e o governo bolchevique dela originado. Oiticica chegou a elogiar a “Rússia vitoriosa” em um dos violentos artigos publicados pelo periódico *Voz do Povo*, nos quais criticou o proletariado da Europa Ocidental por se satisfazer com as pequenas concessões oferecidas pelos líderes socialistas. Contudo, a defesa taxativa do governo soviético por parte da enorme maioria dos militantes anarquistas durou somente até novembro de 1920, quando ficou claro que as posições de Florentino de Carvalho, tido como um ferrenho crítico dos bolcheviques, eram as mesmas do conhecido e influente anarquista italiano Enrico Malatesta. A partir daí, os libertários brasileiros passaram a recusar a pecha de bolchevistas. *A Plebe* deu início a uma vigorosa campanha contra o bolchevismo, o que gerou respostas do periódico intitulado *A Vanguarda*, que procurava estabelecer uma frente das diversas correntes do movimento operário contra a burguesia.

Na segunda metade de 1921, por iniciativa de Astrojildo Pereira (cada vez mais simpático às idéias bolcheviques), realizou-se uma reunião no Sindicato dos Empregados em Padarias com a finalidade de arrecadar donativos para a flagelada Rússia, que saía de uma guerra civil. Oiticica e seus adeptos, entretanto, não pouparam críticas a Astrojildo, “mostrando-lhe que já não nos iludíamos com Lênin, Trotsky e outros ‘revolucionários’ dessa espécie”. Ao receber a informação de que muitos dos participantes da reunião já haviam aderido plenamente à perspectiva bolchevique, Oiticica retirou-se abalado com o que considerou uma “ação subterrânea” de Astrojildo, que teria “minado os sindicatos” e “propagado o vírus da ditadura do proletariado e da férrea disciplina”.

Após a efêmera existência de alguns pequenos grupos que reivindicavam abertamente as posturas bolcheviques, foi fundado em março de 1922 no Rio de Janeiro o Partido Comunista do Brasil (PCB), que expressava no país a linha política da Internacional Comunista (IC), fundada em 1919 em um congresso mundial realizado na Rússia. Em outubro de 1922, o líder anarquista Otávio Brandão se declarou publicamente adepto do

bolchevismo e da IC. Oiticica, amigo íntimo de Brandão desde quando se conheceram em Alagoas, atribuiu sua ruptura com o anarquismo “à intromissão sorrateira, venenosa, nefasta do bolchevismo, operada, sem nenhuma ciência minha nem dos militantes anarquistas mais conscientes, pela cavilação manhosa de Astrojildo Pereira.” Segundo Oiticica, Otávio Brandão, homem “de espírito independente, senhor de si, avesso ao mando e à submissão”, passou inesperadamente “ao servilismo para com o partido, a dizer amém às imposições de cima e a ditar tarefas e preceitos aos seus subordinados”. Em 1922, Oiticica publicou *A trama de um grande crime*.

O embate entre anarquistas e comunistas (bolcheviques) teve sequência. O periódico *Movimento Comunista*, impulsionado pelo PCB, publicou artigos de Astrojildo Pereira e Bernardo Canelas, entre outros comunistas, nos quais os anarquistas eram acusados de terem apoiado a guerra e o regime czarista. Do lado anarquista, Oiticica, Fábio Luz e Edgard Leuenroth foram alguns dos militantes que se lançaram intensamente no debate contra os comunistas. Em novembro de 1923, *A Plebe* deu início a outra forte campanha antibolchevique. No princípio de 1924, o jornal, agora circulando semanalmente, trouxe uma série de artigos de Oiticica criticando o comunismo tal como este era defendido pelo governo soviético e seus adeptos – em 1922, em decorrência da revolução bolchevique de outubro de 1917, havia sido fundada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Afirmando considerar os membros do PCB como “camaradas” e reconhecendo a justeza de algumas de suas críticas ao movimento anarquista (em especial no que dizia respeito à sua falta de coesão interna), o professor discordou da perspectiva bolchevique de que o capitalismo caminhava para sua derrocada iminente. Oiticica ressaltou também que a “frente única operária”, política agora proposta pelo PCB, sempre fora propugnada pelo movimento anarquista. Centralmente, Oiticica dedicou-se nesses artigos a criticar a “ditadura do proletariado” tal como os bolcheviques “a anunciam, e, pior, como a executam”.

Em que pese a debilidade crescente do movimento anarquista já na primeira metade dos anos 1920, suas lideranças continuavam a ser implacavelmente perseguidas pela repressão

estatal. Na onda de prisões após o segundo levante tenentista, ocorrido em julho de 1924, Oiticica foi encarcerado na Casa de Correção ao lado de nomes como Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda e o general Augusto Ximeno de Villeroy. Em agosto do mesmo ano, foi embarcado com outros presos políticos em um rebocador que os levou à prisão da ilha Rasa, próxima à orla carioca, e aí compôs uma canção política, o “Hino da Rasa”, e dedicou-se à elaboração de um livro sobre o anarquismo. Após ter tido seu primeiro pedido de *habeas-corpus* negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), impetrou uma nova petição alegando que não tivera nenhuma participação no movimento de 1924. Mesmo informado pelo governo de que Oiticica era “altamente nocivo à ordem pública, num período como o atual”, o STF concedeu permissão para visitas de sua esposa e de seus filhos. Em julho de 1925, quando já se encontrava na ilha das Flores, na baía de Guanabara, protestou contra o fato de que as concessões do STF não estavam sendo observadas pelo Executivo, alertando ainda para o fato de que este, enquanto o mantinha preso, autorizava a libertação de pessoas que haviam tido aberta participação no levante do ano anterior. Em agosto de 1925, finalmente foi solto.

Em liberdade, continuou suas contendas com os comunistas, que o acusaram, em 1926 (ano em que publicou *Manual do estilo*), de defender a tolerância em relação ao misticismo e à religião. Segundo Oiticica e seu biógrafo Roberto das Neves, o líder anarquista teria sido alvo em fevereiro de 1928 de uma conspiração comunista malograda que objetivava pôr termo à sua vida – acusação negada veementemente por Otávio Brandão, que a considerou (em carta datada de 25 de maio de 1971) uma “torpeza bem sórdida”.

Em 1929, Oiticica foi aprovado em primeiro lugar no concurso aberto pelo governo alemão para a cátedra de língua e literatura portuguesas da Universidade de Hamburgo e seguiu para a Alemanha com um contrato de cinco anos. Porém, após a Revolução de 1930, teve que regressar **ao país cumprindo ordens do Ministério da Educação e Saúde**. Ainda em 1930, publicou *Do método no estudo das línguas sul-americanas*.

Em 1931, já de volta ao Brasil, empenhou-se na luta contra o “fascismo ministerial”, que tinha seu representante maior na figura do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio,

Lindolfo Collor. Em 15 de novembro de 1932, “tenentes” e lideranças moderadas do movimento operário realizaram um encontro político – a que chamaram de Primeiro Congresso Revolucionário Brasileiro – visando à formação de um partido “socialista” de base nacional, o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Quando muitos dos presentes louvavam a legislação social do governo Vargas, Oiticica ergueu-se no recinto para denunciar a sindicalização compulsória levado a cabo pelo Estado, qualificada por ele como uma “monstruosidade”, e defender a dissolução do novo partido, criado apenas “para fins eleitorais”, já que estava em curso o período preparatório para a Assembleia Nacional Constituinte que deveria reunir-se em 1933.

Na segunda metade dos anos 1930, Oiticica, considerado por especialistas membro de uma segunda geração de filólogos brasileiros (na qual constam também os nomes de Mário Barreto, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes e Clóvis Monteiro), passou a lecionar na Escola de Filosofia e Letras vinculada à Universidade do Distrito Federal (UDF) – instituição idealizada por Anísio Teixeira e criada em julho de 1935, um dos alicerces da futura Universidade do Brasil, que, por sua vez, se transformaria posteriormente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessa atividade acadêmica, Oiticica teve como alunos figuras como Celso Cunha, Olavo Nascentes e Antônio Houaiss.

Em 1940, escreveu *Manual de análise (léxica e sintática)* e, em 1941, *Sistema fonético brasileiro*. Em 1946, fundou o jornal *Ação Direta*, que dirigiria até o fim da vida, e no ano seguinte publicou *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. Na década de 1950, dedicou-se centralmente à produção de obras literárias e sobre a língua portuguesa, publicando em 1954 os livros *Ode ao sol* e *Fonte perene*, e, no ano seguinte, *Roteiro de fonética fisiológica, técnica do verso e dicção* e *A teoria da correlação*.

Foi também membro da Fraternitas Rosicruciana Antiqua, onde chegou a grão-mestre.

Faleceu no Rio de Janeiro em 30 de junho de 1957.

Seu único filho homem, o fotógrafo José Oiticica Filho, era pai dos conhecidos artistas plásticos Hélio Oiticica e César Oiticica.

Além dos livros já citados, publicou *Ação direta* (s.d.), entre outros. A seu respeito foram publicados, entre outros, os textos “José Oiticica: um anarquista exemplar e uma figura ímpar na história do Brasil”, de Roberto das Neves (Introdução de *Ação direta (Meio século de pregação libertária)*, de José Oiticica, 1970); “Elucubrações dramáticas do professor Oiticica”, de Antonio Arnoni Prado (*Estudos Avançados* nº 14, 2000) e “José Oiticica: parnasianismo e doutrina libertária”, de Tereza Ventura (*Revista de Literatura e Cultura* nº 1 – revista eletrônica, 2007).

Felipe Abranches Demier

FONTES: ADDOR, C. *Insurreição*; BATALHA, C. *Dicionário*; BECHARA, E. *Antônio*; DULLES, J. *Anarquistas*; REIS FILHO, D. *Formação* (p. 89-112); RODRIGUES, E. *Companheiros* (v. 3, 4, 5); SAMIS, A. *Presenças* TROVÃO, A. *Cosmococa*.